

INTERNACIONAL



A seção traz informações sobre a política estadunidense atual, que tem como prioridade a proposta de reeleição de Donald Trump como presidente; a nova eleição municipal em Istambul, na Turquia; os processos eleitorais em 2019 na América Latina; e a mobilização popular em Honduras.

Processos eleitorais e mobilizações pelo mundo

Reeleição de Trump

Em 18 de junho, o presidente dos Estados Unidos, o republicano Donald Trump, lançou oficialmente sua candidatura à reeleição presidencial prevista para ocorrer em novembro de 2020. O anúncio ocorreu em Orlando, na Flórida, apesar de esta ser uma cidade cuja maioria não endossa o discurso dele, pois possui grande número de imigrantes e tem uma comunidade LGBTQI+ atuante. O lançamento da candidatura de Trump não passou despercebido e foi alvo de protestos que se concentraram em torno de um bar LGBTQI+, o Stonewall Bar.

O slogan anunciado, “*keep America great*” (mantenha a América grande) demonstra que o nacionalismo continuará a marcar o discurso de Trump na próxima campanha eleitoral, bem como nada sugere que suas posturas machistas, homofóbicas, belicistas e xenofóbicas irão mudar.

As pesquisas eleitorais indicam que atualmente a maioria dos americanos prefere os democratas a Trump. Por exemplo, de acordo com a pesquisa realizada pelo canal “trumpista” Fox News, se a eleição

fosse realizada hoje, o democrata Bernie Sanders venceria Trump, com uma folga de 9% de votos. Porém, o Partido Democrata tem até o momento 22 postulantes às suas prévias, que serão definidas durante o primeiro semestre de 2020, o que dificultará em grande medida a unidade partidária necessária para enfrentar Donald Trump.

A estratégia dele, nesse momento, inclui aumentar o tom de sua política externa que, em linhas gerais, tem boa repercussão internamente, se levarmos em consideração o projeto de seu governo. Ele tem jogado pesado com a China no tocante ao comércio e interferido de forma negativa nos conflitos do Oriente Médio sob a justificativa de ampliar a segurança dos Estados Unidos.

O México está no centro de uma questão muito cara a Trump: a imigração. É através da fronteira com o território mexicano que muitos imigrantes entram irregularmente nos Estados Unidos, vindo não somente do próprio México, mas também de outros países da América Central, como a Guatemala, Honduras e El Salvador. Uma das principais linhas da política externa de Trump foi justamente o combate

aos imigrantes e a polêmica construção do muro na fronteira, que inclusive foi o que paralisou a aprovação do orçamento do governo para 2019.

No começo de junho, Trump pressionou o atual presidente mexicano, Andrés López Obrador, eleito pelo Partido Morena (Movimento de Regeneração Nacional), para adotar políticas mais duras contra a imigração, ameaçando aumentar tarifas de produtos exportados pelo México aos Estados Unidos, começando com uma taxa de 5% e gradualmente atingindo 25%. Diante disso, o governo mexicano fortaleceu a guarda nacional na fronteira com a Guatemala, embora tenha declarado que negociou um acordo com o governo estadunidense, que também asseguraria investimentos e medidas sociais nos países ao sul do México como forma de desestimular a migração. Importante lembrar que em 2018 uma caravana com milhares de imigrantes guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos, fugindo da pobreza, atravessou o território mexicano rumo ao americano e foi duramente reprimida por Trump.

No caso do Irã, que há anos é o principal adversário dos governos estadunidenses no Oriente Médio, Trump vem aumentando as tensões, principalmente desde que anunciou que retiraria os Estados Unidos do acordo nuclear. Tal acordo foi assinado em 2015, ainda quando o democrata Barack Obama era presidente, e paralisava o enriquecimento de urânio por parte do Irã em troca da suspensão de sanções econômicas ao país.

Frente à saída dos Estados Unidos do acordo e a retomada das sanções econômicas e políticas, o Irã ameaçou aumentar seus estoques de urânio enriquecido, o que não foi bem recebido por outros países que também estão no acordo, como a França e a Alemanha. Além disso, no último mês o Golfo Pérsico foi palco de incidentes que fizeram com que Trump quase autorizasse um ataque ao território iraniano. O primeiro deles foi de origem desconhecida a dois navios petroleiros, um da Noruega e outro do Japão, perto da costa do Irã, suficiente para que o governo estadunidense culpasse aquele país, ainda que nada tenha sido comprovado. O segundo foi a derrubada de um drone de vigilância dos americanos por parte dos militares do Irã, pois este estaria violando o espaço aéreo do país.

Eleição em Istambul

No dia 23 de junho houve novas eleições para a prefeitura de Istambul, a maior cidade da Turquia. Elas tinham sido realizadas em março e o vencedor, por uma pequena margem de votos, 48,77% a 48,61%, aproximadamente quinze mil votos, foi o candidato social democrata do Partido Popular Republicano (CHP), Ekrem Imamoglu, que derrotou o candidato do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), apoiado pelo presidente do país, Recep Tayyip Erdogan.

Na ocasião, o AKP questionou o resultado e conseguiu judicialmente uma recontagem dos votos que, no entanto, confirmou o resultado. Em maio, a eleição foi anulada pela Suprema Corte e Imamoglu, que havia tomado posse em abril, foi destituído do cargo e novas eleições foram convocadas. Estas não deixaram dúvidas. O candidato do partido opositorista CHP foi eleito com 54% contra 45% dos votos, representando mais uma derrota política importante para o AKP e o presidente Erdogan, pois além de seu partido ter governado o município de Istambul por 25 anos, desde 1994, quando ele foi prefeito, em março também perdeu a prefeitura da capital e segunda maior cidade do país, Ancara.

Processos eleitorais na América Latina

No dia 1º de julho, o novo presidente do Panamá Laurentino Cortizo, do Partido da Revolução Democrática (PRD), tomará posse. Ele venceu a eleição presidencial em maio, com uma margem de 33% a 31% sobre o candidato da direita, uma vez que não há segundo turno neste país. Da mesma forma, seu partido também não obteve a maioria de deputados no Parlamento e muitas negociações serão necessárias para aprovar seus projetos.

Dia 23, encerraram-se as apresentações de candidaturas presidenciais para as Primárias Abertas Simultâneas Obrigatórias (Paso), na Argentina, previstas para 11 de agosto próximo. Nove chapas foram oficializadas. As três mais competitivas têm a participação de candidatos a presidente ou a vice de representantes de diferentes vertentes do peronismo. Mauricio Macri, candidato à reeleição pela coalizão “Juntos por el Cambio”, é o único não pero-

nista, mas aliou-se ao senador do Partido Justicialista (PJ - peronista), Miguel Angel Pichetto; a chapa “Frente de Todos” é encabeçada por Alberto Fernández, com Cristina Kirchner como candidata a vice, ambos peronistas, e a dupla Roberto Lavagna, que foi ministro da Economia de Eduardo Duhalde e Nestor Kirchner entre 2001 e 2005, tendo o atual governador da Província de Salta, Manuel Urtubey, do PJ, como candidato a vice-presidente na coalizão “Consenso Federal”.

Uma quarta chapa que tem possibilidade de romper a cláusula de barreira de 1,5% de votos na Paso é a “Frente de Izquierda - Unidad”, formada por vários partidos de esquerda, como o PTS, PO, IS e MST, composta pelos deputados Nicolás del Caño e Romina del Plá. As demais, que se situam da direita à esquerda, são incógnitas.

O primeiro turno está previsto para ocorrer em 27 de outubro, no mesmo dia que as eleições presidenciais no Uruguai e uma semana depois das eleições na Bolívia. Nestes dois já se verificam métodos de comunicação e fake news fartamente utilizados nas disputas eleitorais mais recentes como Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, embora as pesquisas eleitorais indiquem que, respectivamente, os partidos governistas, Frente Amplia e MAS - ISP, estão em primeiro lugar na preferência dos eleitores.

Por fim, em agosto está previsto o segundo turno

das eleições presidenciais na Guatemala, onde a candidata Sandra Torres, da “Unidad Nacional de la Esperanza”, saiu na frente na recente disputa do primeiro turno. Ela é esposa do ex-presidente Álvaro Colóm, que governou o país entre 2008 e 2011 e que após a redemocratização do país foi o governante que mais se aproximou das políticas social democratas. Devido ao parentesco com Colóm, Sandra foi impedida judicialmente de participar da eleição em 2011. Em 2015, conseguiu disputar, mas chegou em terceiro lugar no primeiro turno e agora poderá se eleger.

Mobilizações em Honduras

As greves de professores e trabalhadores da saúde contra os planos de privatização das políticas públicas do ilegítimo presidente do país que venceu as duas últimas eleições por meio de fraudes, Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional (conservador de direita), se transformaram em grande mobilização popular pela sua destituição, inclusive com a participação das forças policiais do país que também aderiram à greve.

Por ora, ele tem se mantido no governo graças ao apoio das Forças Armadas e dos Estados Unidos que possui uma importante base militar em Honduras e cuja embaixada tem sido pródiga em se imiscuir na política local.